

TIC NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E NA INTERVENÇÃO PRECOCE – DINÂMICAS E PARTILHAS

Cristina Novo

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
cristina.novo@ese.ipsantarem.pt

Resumo

Este artigo contextualiza algumas das diretivas europeias para a inclusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na construção de uma sociedade com maior igualdade, equidade e melhor acessibilidade, da parte de todas as crianças e jovens com deficiência, a uma inclusão social e profissional que deve começar na escola. Em contexto da educação especial e da intervenção precoce, as TIC podem ser uma mais valia para as crianças e os jovens, mas também para os docentes e famílias que com elas trabalham. O percurso que aqui relatamos está inscrito no âmbito da formação pós-graduada em dois cursos de educação inclusiva que contemplaram unidades curriculares de TIC. Deste modo, apresentamos o modelo de trabalho e avaliação seguido nestas unidades curriculares, mostramos algumas evidências dos resultados deste percurso e, sobretudo, exemplos de autonomia e valorização da auto estima dos formandos que connosco partilharam estes momentos.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Formação Pós-Graduada de Docentes; Educação especial.

Abstract

This text contextualizes some of the European directives for the inclusion of information and communication technologies (ICTs) in the construction of a society with greater equality, equity and better accessibility on the part of all children and young people with disabilities to social and professional inclusion which should start in school. In the context of special education and early intervention, ICT can be an asset to children and young people, but also to teachers and families working with them. Our reporting is part of the post-graduate training course in two inclusive education courses that included ICT curricular units. In this way, we present the work model and

evaluation followed in these curricular units, we show some evidence of the results of this course and above all examples of autonomy and appreciation of the self esteem of the trainees who shared with us these moments.

Keywords: Information and Communication Technologies (ICT); Postgraduate Training of Teachers; Special Education.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo dar a conhecer a estratégia de trabalho no âmbito das unidades curriculares de Tecnologias de Apoio à Comunicação Alternativa Aumentativa (TACAA) e TIC na Intervenção Precoce – Dinâmicas e Ferramentas (TICIP) das pós-graduações em Necessidades Educativas Especiais – Domínio Cognitivo e Motor (PGNEE) e em Intervenção Precoce na Infância (PGIPI), da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Santarém.

No contexto da prática docente em Portugal, o docente de ensino básico e secundário para integrar formalmente o grupo de educação especial ou para ser recrutado para esse mesmo grupo, deve obter qualificação para o efeito. Numa lógica de trabalho articulado com o contexto da região em que se insere a nossa instituição, surgiu a resposta por via da oferta destas duas formações pós-graduadas e de especialização que definiram respetivamente como objetivos: formar especialistas em áreas específicas relacionadas com a Educação Especial e a para área da intervenção precoce, junto de crianças entre os 0 e os 6 anos de idade, que apresentem ou estejam em risco grave de apresentar alterações que limitem o seu normal desenvolvimento. Deste modo, tem-se dado resposta às necessidades de formação dos docentes no campo da educação especial e da intervenção precoce, nos últimos anos, proporcionando-lhes um apoio efetivo ao desenvolvimento de novas competências que melhorem a sua prática docente e complementem o seu projeto profissional.

Tendo em conta que saber ensinar hoje, passa por aproveitar as potencialidades e o papel fundamental das tecnologias de informação e comunicação no desafio societal da informação e do conhecimento, nas unidades curriculares de TACAA e TICIP, procuramos proporcionar um espaço de reflexão sobre as potencialidades e



implicações da utilização das tecnologias na aprendizagem e promover a aquisição de conhecimentos básicos de forma a utilizar a Comunicação Alternativa Aumentativa.

Para partilhar o percurso realizado pelos diversos grupos de formandos e formador, começaremos por contextualizar o projeto de trabalho proposto aos formandos, em seguida apresentaremos o seu enquadramento teórico, descreveremos a metodologia de trabalho seguida na conceção do projeto, na construção dos recursos digitais e na sua integração no contexto da prática docente e terminaremos com uma reflexão.

Contextualização

Se partirmos do pressuposto de que a inclusão digital é uma forma de inclusão social, ao permitir que alunos com necessidades educativas especiais, consigam ter um maior acesso à informação e participação na sociedade e com essa informação/participação consigam construir conhecimento útil para si ou para melhorar o seu bem estar, estamos no caminho certo para entender o trabalho que desenvolvemos ao nível do ensino e aprendizagem, com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em contexto da formação pós graduada, na Escola Superior de Educação de Santarém (ESE Santarém).

Este artigo, apresenta uma revisão da literatura sobre o modo como as TIC podem promover essa inclusão. Desta forma, é evidenciada a importância de uma maior aproximação entre escola-família, descrevendo-se as vantagens para o aluno e família, pessoal docente e não docente que com ele trabalha e convive. Preocupar-nos-emos igualmente, com a forma e o uso das TIC enquanto facilitadoras da aproximação entre os vários intervenientes no contexto educativo do aluno e no trabalho para a inclusão do mesmo ao nível interno (escola), nas outras instituições que com ele trabalhem e na sociedade que o rodeia.

As tecnologias de informação e comunicação têm atualmente um impacto societal tal que a escola, não pode ignorá-las, nem deixar de as considerar estratégicas para o trabalho entre pares na planificação da intervenção em educação, na ligação ao meio, ou, se preferirmos às famílias e outros parceiros intervenientes no processo de ensino e aprendizagem e, finalmente, a mais valia ao poder contribuir para o bem-estar, progresso e desenvolvimento do aluno com deficiência.

Se considerarmos os dados do Ministério da Educação e Ciência português para o ano 2015-2016, temos nas escolas de ensino básico e secundário perto de oitenta mil alunos com necessidades educativas especiais a frequentar a escolaridade obrigatória. Este dado permite-nos compreender a importância de estudar este tema com muito cuidado e a vantagem de o fazermos com especial proximidade ao contexto. A formação pós-graduada permite isso mesmo, já que quem a frequenta, na maioria dos casos exerce a profissão e procura a formação para se especializar e para melhorar a sua ação profissional.

Hoje, não é mais possível formar professores ou educadores sem os habilitar devidamente para trabalhar com as novas ferramentas que as crianças descobrem antes de atingirem a idade escolar. Mas será que as crianças sabem tirar partido das potencialidades oferecidas pelas ferramentas tecnológicas? Será que as suas famílias, ou elas mesmas, conseguem que essas ferramentas melhorem a sua inserção social, a sua aprendizagem ou o seu bem-estar? A resposta a estas questões deverá ser encontrada na escola em parceria com a família e restante comunidade, como temos vindo a afirmar.

A Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva em 2014¹, escreveu sobre cinco mensagens-chave que refletem aquilo que deve ser a intervenção em contexto no que toca à educação especial.

A primeira dessas mensagens, remete-nos para a ideia de que a intervenção deve ser “O mais precocemente possível: todas as crianças têm o direito de receber o apoio necessário logo que possível e sempre que necessário.” (p. 6). Para isso, todos os intervenientes devem cooperar e ser parte interessada neste processo que visa intervir junto da criança sinalizada o mais precocemente possível para aumentar os níveis de estimulação e compreender o caminho a seguir ao nível das estratégias e dos meios a utilizar.

¹ Cinco Mensagens-Chave para a Educação Inclusiva – colocar a teoria em prática: https://www.european-agency.org/sites/default/files/Five_Key_Messages_for_Inclusive_Education_PT.pdf



A segunda mensagem, afirma que: “A educação inclusiva beneficia todos: a educação inclusiva visa proporcionar educação de qualidade a todos os alunos.” (p. 6). Ideia consignada na Declaração de Salamanca e que requer o apoio e colaboração de toda a comunidade, sejam os decisores, os técnicos, os pedagogos, os alunos ou as respetivas famílias. Implica mudanças na terminologia, nos valores, nas atitudes, na organização do espaço e dos meios e ao nível de uma intervenção que faça emergir a mais-valia social de termos uma escola e uma sociedade que assume a diversidade, a equidade, a acessibilidade e a igualdade de participação.

A terceira mensagem-chave refere a importância da qualificação dos profissionais. “Profissionais altamente qualificados” é, sem dúvida, a principal porta de entrada da ESES neste tema. Para que os professores e educadores estejam preparados para a inclusão, são necessárias mudanças ao nível da sua formação, das suas práticas e dos meios que são colocados ao seu dispor. Este posicionamento dá-nos a todos a responsabilidade de nos prepararmos e pararmos os nossos formandos para a sua missão de fazer aprender todos, com sentido ético e para exercer a sua ação com todas as dimensões e competências que desenvolvem no processo formativo, pondo-as ao serviço de todos os seus alunos.

A quarta e quinta mensagens-chave colocam a tónica nas condições que devem mediar o sucesso e eficiência do trabalho do educador e professor. Condições financeiras para proporcionar meios mais adequados e eficazes à aprendizagem dos alunos, condições que promovam o sucesso académico dos alunos e os apoiem no seu processo formativo. Contudo, falam-nos também de monitorização e recolha de dados que permitam analisar com cuidado o impacto da educação inclusiva, seja ao nível da colocação de professores e alunos em escolas inclusivas, seja ao nível dos resultados e das práticas e soluções implementadas à medida de cada estabelecimento.

A acessibilidade às TIC, pode ser um modo facilitador para a promoção da igualdade e equidade de participação em atividades educativas para diversos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), seja na primeira infância, na juventude ou mesmo na formação ao longo da vida, a partir de casa ou na sociedade. Muitas vezes, ou talvez mesmo na maioria dos casos, a acessibilidade requer cooperação e contribuição de profissionais de diferentes áreas, envolvendo nesta metodologia de trabalho estratégias de coordenação entre indivíduos e serviços, assim como, “abordagens flexíveis para o financiamento das TIC, com possibilidades de tomada de



decisões a nível local quanto às despesas relacionadas com as necessidades identificadas localmente (...)” (p. 25)²

Desde 2006 que a Convenção das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência, explicita que o acesso às TIC é um direito e que estas constituem uma ferramenta chave para a equidade em educação, tornando prioritária a formação do pessoal docente na utilização das tecnologias gerais e especializadas e no desenvolvimento das suas competências digitais. Assim, a promoção da investigação (I&D) no domínio das tecnologias de informação e comunicação emerge como uma necessidade explícita que visa a monitorização, a avaliação do impacto e a caracterização dos utilizadores destes meios, para que se possam definir políticas e metodologias de trabalho rumo à inclusão.

Vejamos o programa e metodologia de trabalho que seguimos na ESE de Santarém, no âmbito da formação pós-graduada, e em que pontos conseguimos promover a inclusão com equidade e acessibilidade.

TIC na Formação Pós-Graduada para a Inclusão

As unidades curriculares (UC) de TACAA e de TICIP, da ESE de Santarém, foram construídas de modo a proporcionar aos formandos a exploração de ferramentas e sistemas de comunicação de apoio à comunicação e ao desenvolvimento cognitivo e motor dos alunos dos ensinios pré-escolar, básico e secundário.

A nossa base referencial parte dos seus contextos atuais ou passados de intervenção, para que possamos construir conhecimento sempre apoiados nos princípios básicos da política educativa para a inclusão e nos contextos em que os profissionais (formandos) trabalham ou trabalharam. Deste modo, propomos sempre que se explorem técnicas e se avaliem produtos ou ferramentas tendo em conta um referencial pedagógico didático, um público e um contexto. Propomos ainda que se desenvolvam produtos digitais tendo em conta esses referenciais e neles se validem os mesmos produtos. Nada do que propomos explorar é descontextualizado da

² Cinco Mensagens-Chave para a Educação Inclusiva – colocar a teoria em prática:
https://www.european-agency.org/sites/default/files/Five_Key_Messages_for_Inclusive_Education_PT.pdf



realidade, para que os formandos a pouco e pouco possam verificar a utilidade de algumas das aprendizagens que vão construindo.

A natureza prática e incentivadora de uma atitude pro ativa por parte dos formandos destas UC, justifica uma abordagem teórico-prática que conforme os objetivos do programa, assenta em muito na exploração, produção, publicação e avaliação de produtos informáticos, nomeadamente da web 2.0 e de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa. Nesta lógica, a metodologia escolhida tem muito de prático em que o professor procura enquadrar os temas teóricos e os conceitos que concetualmente se revelam necessários ao desenvolvimento da literacia digital e das competências tecnológicas dos formandos, mas deixa depois margem a que estes façam uma exploração e, sobretudo, uma reflexão em função dos contextos que conhecem e/ou em que trabalham.

As UC promovem nos formandos a exploração das ferramentas e sistemas de comunicação de apoio à comunicação e ao desenvolvimento cognitivo e motor em articulação com os vários profissionais que trabalham com a criança e, sobretudo, com a sua família. Sempre que possível, a validação em contexto passa também por essas articulações, ou seja, por esse envolvimento dos outros profissionais ou e/ou das famílias.

As sessões nestas UC iniciam-se com uma atividade de *ice break* que ajude o grupo a quebrar o gelo inicial típico da relação pedagógica (docente novo, é sempre um momento de expectativa e alguma ansiedade), mas também que ajude a quebrar o gelo e o pré-conceito que, muitas vezes, ensombra os formandos no que toca às suas competências tecnológicas e digitais. Frequentes são os depoimentos como este que transcrevemos da reflexão final de uma formanda: “A minha relação com as novas tecnologias sempre foi uma relação ambígua de amor-ódio, em que precisava muito delas, mas ao mesmo tempo odiava-as por não as saber dominar.”.

É preciso então criar um clima de confiança, bem-estar e predisposição para a aprendizagem com recurso a meios tecnológicos que nem sempre facilitam a nossa ação, pois são muitas as variáveis que entram em cenário quando recorremos à tecnologia: a energia elétrica que pode falhar ou o acesso à rede internet, a lentidão de resposta de equipamentos e ligações, as limitações e configurações de alguns equipamentos, etc., etc.. Uma das vantagens é que podemos experimentar a dificuldade em aula (acontecem frequentemente imprevistos) e o recurso a estratégias de intervenção e metodologias de trabalho alternativo, para mostrar aos formandos



que também naquele contexto, aparentemente privilegiado, os acasos também acontecem, mas que se resolvem se o professor tiver um bom plano de intervenção desenhado e alternativas que sustentem a continuidade do processo de aprendizagem.

Em todos os momentos de aprendizagem, o docente tem que mostrar o seu apoio e reforço ao formando para que ele não desista do seu objetivo final de aprendizagem, em todos os momentos o diálogo com cada formando procura apaziguar as suas ansiedades e esclarecer as suas dúvidas. Isto acontece, porque após um breve enquadramento teórico sobre as TIC e inclusão, sobre mecanismos e instituições de apoio ao trabalho em inclusão com as TIC, privilegiamos a apresentação, exploração e experimentação de ferramentas que surgem de acordo com os interesses e necessidades dos formandos, ou conforme o percurso que vamos fazendo em cada sessão.

A meio desse percurso começamos a pensar o desenho de um pequeno projeto de intervenção em contexto real (este pode passar pelo contexto do próprio ou de um colega). Definem-se grupos de trabalho, e importa referir que os formandos têm inteira liberdade para escolher o modelo em que querem trabalhar: individual, em par pedagógico, em pequenos grupos ou em grupos um pouco mais alargados. De modo semelhante, escolhem o, ou os contextos em que vão intervir e, neste caso, podem fazê-lo apenas num contexto, nível de ensino e com apenas um ou dois alunos ou em contextos diferentes, com turmas inteiras e entrar em linha de comparação com o trabalho e resultados obtidos. Este é um momento crucial das UC, sendo extremamente importante que os formandos pensem, discutam, reflitam e trabalhem de acordo com o que planearam, definindo objetivos a alcançar, metodologias de trabalho, atividades, recursos envolvidos e avaliando depois os resultados. Todo o trabalho de organização dos grupos de trabalho, de escolha do público alvo, dos temas, dos objetivos, das metodologias, das atividades, dos recursos e da avaliação é realizado em contexto de sala de aula e com um apoio individualizado do docente responsável das UC. Toda a fase de construção de recursos (os formandos usam essencialmente ferramentas da web 2.0 e ferramentas de apoio à comunicação alternativa e aumentativa) é apoiada na aula, ou fora dela, para que se minimizem as barreiras técnicas e se consiga com sucesso e eficácia chegar aos produtos finais, que serão depois validados com o(s) aluno(s) do(s) contexto(s) escolhido(s). Na metodologia de trabalho que seguimos no âmbito destas formações pós-graduadas,



apenas não acompanhamos diretamente a fase de teste e validação dos projetos no contexto.

Após a conceção da intervenção e a sua aplicação em contexto, os formandos regressam ao ambiente formativo para um momento de partilha e reflexão sobre as ações que cada um protagonizou. É, talvez, para os formandos, o momento mais “alto” no contexto destas formações, pois é aquele em que muitos deles reconhecem efetivamente o papel das TIC no trabalho com alunos com necessidades educativas especiais, no trabalho e ligação com as famílias e/ou outros parceiros do processo educativo do aluno. Por fim é o momento de reconhecer todo o esforço que depositaram neste processo formativo, tirando efetivamente partido da mais valia efetiva das TIC para a estimulação, para a acessibilidade, para a equidade e inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Neste modelo de trabalho, tem sido possível acompanhar e ver concluir com sucesso, cento e cinquenta e nove (159) formandos de ambas as pós-graduações (NEE – Domínio cognitivo-motor e Intervenção Precoce na Infância), dos quais concluíram estudos cento e quarenta e sete (147). No que toca à avaliação final das UC de TACAA e TICIP, 47 destes formandos obtiveram classificação de excelente, o que corresponde a cerca de um terço dos estudantes, e os restantes obtiveram classificações finais compreendidas entre muito bom e bom, registando-se uma maior incidência no número de formandos que obtiveram classificação final de muito bom, ou seja, entre 16 e 18 valores.

Estes estudantes conhecem antecipadamente os itens e os critérios de avaliação que determinarão a sua classificação final, pois estes são apresentados, discutidos e por vezes aferidos com eles em função do percurso que o grupo está a fazer na unidade curricular. Podemos indicar três itens diferentes de avaliação: avaliação de frequência que geralmente vale 25% da classificação final do formando, avaliação do projeto que desenvolvem e aplicam ao longo do percurso formativo e que vale 50% da classificação final e, finalmente, avaliação da apresentação e discussão do projeto em grupo turma, a que atribuímos os restantes 25% da classificação.

No caso do primeiro item - avaliação de frequência, entramos em linha de conta com três critérios: participação nas aulas, capacidade de trabalho colaborativo em aula e assiduidade. O segundo item - avaliação do projeto, orienta-se para quatro critérios de avaliação: apresentação e caracterização do caso em estudo, planeamento e execução do processo de intervenção e processo de aprendizagem, rigor técnico e

científico e, finalmente, o quarto critério está orientado para a reflexão sobre a ação e percurso na unidade curricular. O terceiro e último item de avaliação - avaliação da apresentação e discussão do projeto, desdobra-se em três critérios distintos: capacidade de expressão oral, capacidade de reflexão sobre o trabalho realizado e capacidade de gestão da apresentação, em função do tempo, da discussão e da argumentação.

Considerações Finais

De acordo com a quinta mensagem-chave da Agência Europeia para a Educação Inclusiva (2014), mostramos neste artigo mostrar evidências e dados do trabalho que desenvolvemos nos últimos 4 anos, no âmbito na formação pós-graduada para a inclusão de crianças e jovens. A mesma Agência Europeia refere que “Existe a consciencialização disseminada de que a criação de políticas com base em evidências é essencial para o desenvolvimento a longo prazo dos sistemas de educação inclusiva.”. Assim, e neste espírito, queremos partilhar com a comunidade o modelo de trabalho que temos vindo a implementar e que nos deixa seguros de que resulta numa mais valia para quem conosco trabalha. Deste modo decidimos, antes de terminar este artigo, deixar ao leitor alguns excertos de reflexões de formandos, relacionados com o sentimento de partilha do sucesso alcançado quando em contexto trabalharam com os seus alunos e quando ao longo do percurso ultrapassámos dificuldades:

“Outro dos preferidos é o Blabberize e foi através desta ferramenta que alcancei uma vitória e o maior dos presentes que podia receber este ano letivo: consegui ouvir a voz de um menino que acompanho com autismo seletivo, a quem não tinha conseguido “arrancar” uma única palavra desde que o acompanho (...)”
(Zulmira)

“Ao longo das sessões, foi extremamente interessante a recriação de um espaço de reflexão e de trocas de experiências entre os pares em formação. Esta partilha permitiu (re)pensar nas estratégias de ensino e de aprendizagem. Fomentou-se uma dinâmica de entreajuda entre os pares de formação estabelecendo trocas dos conteúdos diversos bem como a exploração das respetivas ferramentas.” (Sandra)

“(...) ao longo das sessões das aulas apercebi-me, que aquilo que me parecia difícil no início, se tornava fácil, pois todas as dúvidas e dificuldades que tive,



foram superadas com êxito, quer através do trabalho individual, quer através dos vários trabalhos de grupo realizados e ainda, através da ação (...)” (Elisabete)

“O impacto que a atividade teve para com estas duas meninas foi muito bom, pois para além de ser uma atividade planeada somente para elas, puderam apresentá-la aos colegas em sala de aula, as mesmas escolheram as fotos que quiseram colocar no Smilebox para os colegas verem. Estes reagiram muito bem e inclusivamente efetuaram algumas questões, tal como: “Como é que fizeram? Como puseram os feijões? Como é que cresceu?”. Questões estas, que as meninas souberam perfeitamente responder. Acabou por ser um momento muito importante para elas, pois foi uma experiência que realizaram as duas e que ambas tiveram a responsabilidade de todos os dias verificarem o “ponto de situação”.” (Sílvia)

A Declaração de Salamanca, aprovada pela UNESCO em 1994, é um dos marcos de referência e de viragem em Educação. Considerando que a integração das crianças e jovens com deficiência no sistema regular de ensino, é a forma mais eficaz de combater a discriminação e construir uma sociedade inclusiva, trabalhamos para que os obstáculos e as desigualdades se esbatam, seja através de metodologias de trabalho diferenciadas, ou da inclusão de recursos digitais no processo de ensino e aprendizagem. As TIC oferecem-nos novas possibilidades de interagir, partilhar, conhecer e realizar atividades que tenham em conta a tenra idade das crianças em intervenção precoce ou referenciadas pela educação especial. Em simultâneo, as suas famílias podem-se constituir como a principal entidade promotora de sucesso no desenvolvimento destas crianças, já que o processo comunicativo fica facilitado com o recurso digital, assim como, o processo de aprendizagem que pode sair da sala de aula e estender-se a casa quando estes meios acompanham a criança. Temos mesmo condições para afirmar que as aprendizagens atingidas são sempre mais significativas quando reforçadas em casa, através da participação parental. Exemplo disto é o facto de uma criança com graves dificuldades de comunicação, conseguir recontar à turma, uma história que produziu numa sessão com o professor de educação especial, depois desta ser explorada com diversos recursos digitais, em casa com a família. Neste e noutros casos, as TIC têm vindo a constituir-se sinónimo de igualdade de oportunidades e de inclusão social, uma vez que permitem executar tarefas que de outra forma não seria possível e a quebrar barreiras que pareciam intransponíveis.

Referências Bibliográficas

- Capitão, S. & Almeida, A. M. (2011). O uso das TIC para a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. *Indagatio Didactica*, 3 (2), 56-67. Universidade de Aveiro. Consultado em novembro de 2016: <http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/1030>
- European Agency for Special Needs and Inclusive Education. (2014). *Cinco mensagens-chave para a educação inclusiva. Colocar a teoria em prática*. ISBN: 978-87-7110-534-6 (ed. eletrónica). Consultado em novembro de 2016: https://www.european-agency.org/sites/default/files/Five_Key_Messages_for_Inclusive_Education_PT.pdf
- European Agency for Special Needs and Inclusive Education. (2013). *Tecnologias de Informação e Comunicação para a Inclusão – Desenvolvimentos e Oportunidades para Países Europeus*. ISBN (eletrónico): 978-87-7110-484-4. Consultado em novembro de 2016: https://www.european-agency.org/sites/default/files/ICT_for_Inclusion-PT.pdf
- Pimentel, J. (2005). *Intervenção focada na família: desejo ou realidade*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade*. Consultado em novembro de 2016: http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf